

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

As associações representativas do sector do Táxi vêm propondo há largos anos a modernização do sector e do seu enquadramento legal. Durante anos, multiplicaram-se as comissões e os grupos de trabalho, mas os sucessivos governos foram adiando as medidas de modernização. Ainda recentemente, das cerca de trinta matérias consensualizadas no sector do Táxi e apontadas como passíveis de modernização, o anterior Governo apenas legislou sobre quatro (DL nº 3/2019), e em duas destas, como o PCP logo sublinhou, foi muito insuficiente.

Todo um quadro de favorecimento da entrada das plataformas multinacionais no sector, em que a política de direita apostou num sórdido processo de obsolescência programada, e, simultaneamente, desde cedo as apoiou, primeiro com a permissividade à sua atividade ilegal e, depois, com a legalização da concorrência desleal.

Enquanto a receita do sector do Táxi vai para a economia nacional, os lucros da Uber e das outras multinacionais são drenados para o estrangeiro. E o sector do Táxi, constituído por milhares de micro e pequenos empresários, e o próprio País, é prejudicado ao ser-lhe assim reduzida a bolsa financeira, agora tão necessária para aguentar o impacto trágico da redução da procura em mais de dois terços, por efeito do estado de emergência.

Esta exposição acrescida aos efeitos da pandemia é mais uma das muitas consequências para o sector do Táxi, da submissão e promoção da presença hegemónica e monopolista das plataformas estrangeiras.

Mas se sector tem feito um esforço de modernização e melhoria do serviço que só não foi mais longe porque a opção de sucessivos governos nunca foi a de um efetivo reforço no desenvolvimento e modernização deste sector, a capacidade de resposta à actual situação é amplamente reduzida no quadro da concorrência desleal em que o poder político apostou, nunca impondo à Uber as mesmas regras e condições a que o regime do Táxi está sujeito. Com a falta de trabalho que aí está, os profissionais de táxi sentem incerteza, ansiedade e angústia. Há relatos de quem tenha parado o seu táxi e aguarda em casa por melhores notícias ou admitem mudar de vida com tanta dúvida no dia de amanhã e receio que o tempo desta emergência se dilate até um ponto sem retorno em que as falências serão inevitáveis.

É toda uma estrutura nacional de produção de transporte público, a maioria micro empresas familiares que está em risco, sem condições para um embate desta dimensão.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação faz o Governo da aplicabilidade da Portaria n.º 71-A/2020 de 15 de março, às condições específicas das empresas do sector do Táxi na perspetiva da sua sustentabilidade e da manutenção dos postos de trabalho, salários e direitos?
2. Pondera o Governo ativar mecanismos de apoio específico para as condições específicas do sector do Táxi face ao presente contexto de particulares dificuldades?
3. Da atual situação de fragilidade do sector do Táxi, que conclusões tira o Governo das decisões políticas de cedência a plataformas multinacionais estrangeiras que, para além de se suportarem e promoverem o trabalho precário no país, conduzem à destruição desta atividade económica nacional?

Palácio de São Bento, 3 de abril de 2020

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)